

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2019/2020**



TRABALHO INDIVIDUAL DE FIM DE CURSO

**CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE DA GEOESTRATÉGIA
MARÍTIMA DE PORTUGAL. QUE PAPEL PARA A MARINHA?**

**O TEXTO CORRESPONDE AO TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Tiago António Sebastião Domingues

1TEN M



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE DA
GEOESTRATÉGIA MARÍTIMA DE PORTUGAL.
QUE PAPEL PARA A MARINHA?**

Primeiro-tenente Tiago António Sebastião Domingues

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE DA
GEOESTRATÉGIA MARÍTIMA DE PORTUGAL.
QUE PAPEL PARA A MARINHA?**

Primeiro-tenente Tiago António Sebastião Domingues

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Orientador: CTEN M Dinis Filipe Vargas Cabrita

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Tiago António Sebastião Domingues**, declaro por minha honra que o documento intitulado **CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE DA GEOESTRATÉGIA MARÍTIMA DE PORTUGAL. QUE PAPEL PARA A MARINHA?** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS-M 2019/20** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de fevereiro de 2020**

Tiago António Sebastião Domingues



Agradecimentos

Cabe-me endereçar um agradecimento ao Capitão-tenente Vargas Cabrita, pela sua permanente disponibilidade na orientação deste trabalho, pelas suas sugestões e comentários.

Devo ainda um agradecimento ao Vice-almirante António Rebelo Duarte, ao Capitão-de-fragata Rodrigues Pedra e ao Capitão-tenente Cortes Sanches, que me apoiaram na abordagem inicial e delimitação do tema e na definição inicial da revisão de literatura.

Finalmente, quero agradecer à minha mulher e aos meus filhos, pelo tempo prescindido e pela força que sempre me transmitiram.



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento conceptual e metodologia.....	3
1.1. Identificação do Contexto.....	3
1.2. Base concetual	3
1.3. Resumo da metodologia e modelo de análise.....	4
2. Enquadramento geopolítico global.....	6
2.1. A atual Ordem Internacional	6
2.2. A Geopolítica na ordem atual	7
2.3. O contexto marítimo global	7
2.4. Um mar de oportunidades.....	8
2.4.1. A valorização do mar no contexto internacional.....	8
2.4.2. Oportunidades no plano da Defesa Coletiva - Perspetiva NATO/UE.....	9
2.5. Paradigma polemológico atual – perspetiva NATO/UE	9
3. Mar português - Potencialidades e Vulnerabilidades.....	11
3.1. A maritimidade nacional e o regresso ao mar	11
3.2. Fonte de recursos e potencial estratégico	12
3.3. Vulnerabilidades	13
3.3.1. Capacidade científica e tecnológica.....	13
3.3.2. Interesses de outros atores.....	13
3.3.3. Atividade Científica de outros Estados em águas nacionais.....	14
3.3.4. Risco/impacto no ambiente marítimo nacional.....	14
4. Contributo da Marinha para o desígnio nacional do Mar.....	16
4.1. Valorizar a posição geoestratégica nacional.....	18
4.2. Beneficiar economicamente das novas rotas marítimas e do aumento do tráfego marítimo comercial	18
4.3. Exercer soberania e jurisdição na maior PC da Europa.....	18
4.4. Viabilizar a utilização dos recursos do fundo do mar e desenvolver capacidade científica e tecnológica para a pesquisa e exploração do mar	19
4.5. Mitigar riscos ambientais.....	19
4.6. Consolidar o Atlântico como espaço de estabilidade, segurança e prosperidade....	20
Conclusões.....	21



Bibliografia.....25

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de análise.....Apd A-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Geografia, Geopolítica e Geoestratégia.....4

Figura 2 – Russian A2/AD Range.....6

Figura 3 – Recursos minerais da Plataforma Continental portuguesa.....13

Figura 4 – Diagrama Risco/Impacto no espaço marítimo nacional.....15

Índice de Quadros

Quadro 1 – Matriz SWOT.....17



Resumo

O presente trabalho tem como objeto de investigação a geoestratégia marítima de Portugal, tendo especialmente em conta a área Euro-Atlântica e os acontecimentos da última década. Neste contexto, propõe-se analisar o papel da Marinha Portuguesa e o seu contributo estratégico face à atual conjuntura da geoestratégia marítima nacional.

Para a sua realização, a metodologia seguida baseia-se num raciocínio dedutivo, recorrendo a uma estratégia qualitativa, tendo como desenho de pesquisa o estudo de caso. A técnica de recolha de dados assenta numa abrangente pesquisa documental.

A análise proposta inicia-se pela caracterização do atual ambiente geoestratégico marítimo no contexto internacional, considerando as perspetivas da NATO e UE, seguindo-se a identificação das constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional.

A sistematização destes fatores, externos e internos, permite inferir seis ideias estratégicas, em torno das quais são desenvolvidos os contributos estratégicos da Marinha, para potenciar o uso do Mar, no quadro anteriormente analisado.

As conclusões deste trabalho permitem afirmar que a Marinha Portuguesa desempenha um papel central na afirmação de Portugal no mar e no espaço Euro-atlântico, como garante da soberania e jurisdição no vastíssimo espaço marítimo nacional, com responsabilidades acrescidas pela possibilidade de alargamento desse espaço.

Palavras-chave

Geoestratégia Marítima; Uso do Mar; Plataforma Continental; Recursos Marítimos; Marinha Portuguesa.



Abstract

This academic research paper focuses in the “Portuguese maritime geostrategy”, taking into account the Euro-Atlantic area and the events of the last decade. In this context, it is proposed to analyse the role of the Portuguese Navy and its strategic contribution considering the current conjuncture of the national maritime geostrategy.

For the development of this work, the methodology followed is based on deductive reasoning, combined with a qualitative strategy and a case study research design. The data collection technique is based on a comprehensive documentary research.

The analysis conducted begins with the characterization of the current maritime geostrategic environment in the international context, considering NATO and EU perspectives, followed by the identification of the constants and strengths of the national maritime geostrategy.

The systematization of these external and internal factors makes it possible to infer six strategic ideas, around which the Navy’s strategic contributions, to enhance the use of the Sea, are developed.

The conclusions of this paper allow us to affirm that the Portuguese Navy plays a central role in the affirmation of Portugal at sea and in the Euro-Atlantic area, as a guarantor of sovereignty and jurisdiction in the wide national maritime space, with added responsibilities by the possibility of enlarging this space.

Keywords

Maritime Geostrategy; Use of the Sea; Continental shelf; Maritime Resources; Portuguese Navy.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A2/AD	<i>Anti-Access and Area-Denial</i>
AMS	<i>Alliance Maritime Strategy</i>
ASW	<i>Anti-submarine Warfare</i>
CEDN 2013	Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEN	Conceito Estratégico Naval
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMAR	Centro de Operações Marítimas
DEM 2018	Diretiva Estratégica de Marinha 2018
DGPM	Direção-Geral de Política do Mar
EMEPC	Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
EMSA	<i>European Maritime Safety Agency</i>
ENM 2013-2020	Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020
EUMSS	<i>European Union Maritime Security Strategy</i>
Fe-Mn	Ferro-Manganês
ISA	<i>International Seabed Authority</i>
MO	Médio Oriente
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NRF	<i>NATO Response Forces</i>
OE	Objetivo Específico
OI	Ordem Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Plataforma Continental
PESCO	<i>Permanent Structured Cooperation</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
ROV	<i>Remotely Operated Vehicle</i>
SLOC	<i>Sea Lines of Communication</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
UE	União Europeia
VDS	<i>Variable Depth Sonar</i>



Introdução

A atual Ordem Internacional (OI) caracteriza-se por uma elevada complexidade e mutação acelerada. Com efeito, também as variáveis e fatores que caracterizam o ambiente geoestratégico marítimo, na atualidade, evoluem rapidamente e são de natureza diversa, determinando a evolução e adaptação do próprio conceito de uso do mar.

No plano global, o mar é identificado como uma valiosa fonte de crescimento e prosperidade, sendo vital a existência de espaços marítimos seguros, onde a liberdade de navegação permite assegurar o desenvolvimento da atividade económica e comercial, o transporte marítimo e a segurança energética.

No plano nacional, o “regresso ao mar”, que se verifica desde o dealbar do presente século, é resultado da perceção do elevado potencial que o mar representa para Portugal. No entanto, conforme consta na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020), o regresso de Portugal ao mar depende da execução de uma estratégia assente no conhecimento e progresso tecnológico e na dimensão e geografia do território nacional, emerso e imerso, incluindo, com particular relevância, a nova dimensão alargada resultante da possível extensão da Plataforma Continental (PC) além das 200 milhas marítimas.

Do ponto de vista institucional, revela-se fundamental a análise dos elementos que caracterizam a geoestratégia marítima nacional, pois permite perceber de que forma a Marinha Portuguesa pode contribuir para acompanhar esses desafios, potenciando o uso do mar por Portugal.

O presente trabalho de investigação, subordinado ao tema “Contributos para uma análise da geoestratégia marítima de Portugal. Que papel para a Marinha?”, considera-se assim de inequívoca atualidade face ao reforço da importância do mar nas agendas nacionais e à crescente importância da geopolítica marítima no contexto internacional. A análise que se pretende conduzir, reveste-se de especial importância, pois permite caracterizar o “tabuleiro de xadrez” que é hoje o mar e a forma como nele são jogados os interesses estratégicos pelos diferentes atores.

Em linha com o tema, o objeto de estudo é “a geoestratégia marítima de Portugal”, tendo especialmente em conta a área Euro-Atlântica e os acontecimentos da última década. No sentido de restringir este objeto, fez-se uma delimitação temporal, espacial e de conteúdo.

Quanto à delimitação temporal, foca-se a atualidade, concretamente, desde 11 de maio de 2009 (data da apresentação da proposta de extensão da PC portuguesa na ONU) até aos dias de hoje.



Quanto à delimitação espacial, considera-se a área Euro-Atlântica, espaço de atuação estratégica nacional, conforme preconizado no Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013.

Quanto à delimitação de conteúdo, pretende-se elaborar em torno dos conceitos-chave de geoestratégia marítima (estudo da geoestratégia no espaço geográfico representado pelo mar, suas constantes e variáveis) e de uso do mar (como contributo da Marinha para atuação estratégica do Estado no mar).

Assim, o objetivo geral da presente investigação consiste em “analisar o papel da Marinha e o seu contributo estratégico face à atual conjuntura da geoestratégia marítima nacional”.

Decorrente do objetivo geral identificaram-se os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1: Caracterizar o atual ambiente geoestratégico marítimo no contexto internacional;

OE2: Identificar as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional;

OE3: Analisar o contributo estratégico da Marinha para potenciar o uso do mar no contexto geoestratégico atual.

Desta forma, propõe-se responder ao longo deste trabalho à seguinte questão central (QC): Qual o papel da Marinha face aos atuais desafios da geoestratégia marítima nacional?

De modo a obter uma resposta à QC, colocam-se as seguintes questões derivadas (QD):

QD1: Quais os fatores que influenciam a geoestratégia marítima a nível global e de que forma são perspetivados pela NATO e UE?

QD2: Quais as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional na atualidade?

QD3: De que forma poderá a Marinha acompanhar as mudanças na conjuntura geoestratégica, potenciando o uso do mar?

Este esquema de questões, que orienta a investigação, encontra-se vertido na estrutura do trabalho. Desta forma, após a introdução e o primeiro capítulo, dedicado ao enquadramento conceptual e metodologia, seguem-se três capítulos que apoiarão uma resposta sustentada a cada uma das questões derivadas. O segundo capítulo caracteriza o atual ambiente geoestratégico marítimo no contexto internacional. O terceiro capítulo identifica as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional. Finalmente, o quarto capítulo analisa o contributo estratégico da Marinha para potenciar o uso do mar no contexto geoestratégico atual.

A resposta às questões de investigação será apresentada nas conclusões.



1. Enquadramento conceptual e metodologia

1.1. Identificação do Contexto

O tema desta investigação insere-se na Área de Estudo das Crises e dos Conflitos Armados. Inscrevendo-se no campo das Ciências Militares, visa contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área da Geoestratégia no domínio marítimo e do uso do mar.

A geografia, a dinâmica dos espaços nacionais e as fronteiras correspondentes, bem como os recursos associados, continuam a constituir importantes elementos da atividade estratégica dos Estados e, em sentido mais alargado, das Organizações Internacionais. O mar e respetivos recursos, enquanto elementos geográficos, são indissociáveis deste conceito.

O contexto deste trabalho é, assim, a valorização do mar como elemento geográfico e o seu potencial estratégico, numa perspetiva de superação das ameaças e exploração das oportunidades, contribuindo para a concretização deste potencial como desígnio nacional, em que a Marinha desempenha um papel central.

1.2. Base concetual

Seguidamente resumem-se os conceitos-chave em análise neste trabalho, que permitem fazer o seu enquadramento conceptual.

Geoestratégia marítima:

A geoestratégia pode ser definida como “o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivarem-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atualidade estratégica” (IESM, 2000, p. 13). Desta forma, o conceito de geoestratégia marítima poderá entender-se como a aplicação da geoestratégia no espaço geográfico representado pelo mar, suas constantes e variáveis.

Este conceito relaciona-se com a geopolítica, podendo dizer-se que a geoestratégia tem a ver com os problemas estratégicos (situação de conflito e emprego dos meios de coação), entendendo-se como parte da primeira, fazendo transparecer o relacionamento entre política e estratégia (IESM, 2000, p. 13).

A Geopolítica e a geoestratégia têm em comum a interpretação da mesma realidade geográfica para apoio da política ou da estratégia, conforme a relação apresentada na Figura 1.

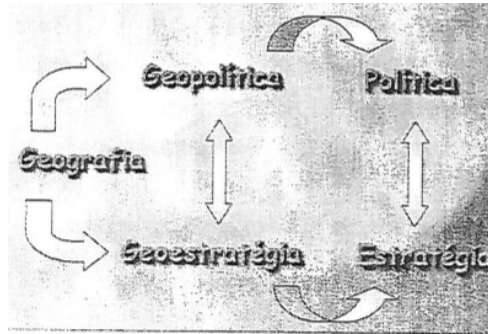


Figura 1 – Geografia, Geopolítica e Geoestratégia
Fonte: IESM (2000, p. 13).

Uso do mar:

Historicamente, as razões pelas quais a humanidade procurou o mar estão relacionadas com um conjunto de quatro atributos que o caracterizam: fonte de recursos; meio de transporte e comércio; veículo de comunicação e troca de informação; e meio de poder e domínio (Till, 2009, p. 46).

Geoffrey Till considera ainda que as questões relacionadas com a otimização destes quatro atributos determinam as “funções das marinhas”, podendo também considerar-se na base do conceito de “uso do mar” (2009, p. 46). A célebre sistematização das “funções das marinhas”, primeiramente elaborada por Ken Booth e atualizada por Eric Grove, identifica três funções principais: militar; diplomática; e de imposição da lei. Estas são apresentadas numa estrutura triangular, onde o centro é ocupado pelo “uso do mar”, objetivo implícito em tudo o que as marinhas fazem (Monteiro, 2019, p. 5).

1.3. Resumo da metodologia e modelo de análise

Para a estruturação e desenvolvimento desta investigação utiliza-se o método de raciocínio dedutivo, segundo o qual a investigação é conduzida da lei geral ou teoria em busca de uma verdade particular (Carvalho, 2009, p. 84). Desta forma, o argumento lógico dedutivo forma-se por: premissa (existem fatores no plano externo e interno que influenciam a geoestratégia marítima nacional); inferência (a Marinha pode intervir nos referidos fatores) e conclusão (a Marinha tem um contributo estratégico importante face à geoestratégia marítima nacional).

Tendo em conta a natureza não métrica dos dados e a sua elevada subjetividade, que implica uma interpretação pessoal devidamente fundamentada, por via da descrição do contexto, recorre-se a uma estratégia qualitativa (D’Oliveira, 2007).

Quanto ao desenho de pesquisa utiliza-se o modelo estudo de caso, tendo como unidade de estudo a geoestratégia marítima nacional. Procura-se, inicialmente, obter um conhecimento aprofundado sobre a unidade de estudo e fatores que a influenciam,



produzindo-se depois uma análise baseada nesses elementos, explorando, simultaneamente, o carácter descritivo e analítico deste tipo de estudo, conforme caracterizado por Freixo (2011, cit. por Lima e Santos, 2019).

Relativamente aos instrumentos metodológicos, na fase exploratória, foram efetuadas algumas entrevistas exploratórias com vista à delimitação do tema e definição inicial da revisão de literatura. Em todo o trabalho de investigação é utilizada a pesquisa documental como técnica de recolha de dados.

Remete-se para o apêndice A uma apresentação do modelo de análise para o trabalho de investigação.



2. Enquadramento geopolítico global

2.1. A atual Ordem Internacional

O último relatório *Global Trends*, publicado pelo *National Intelligence Council*, em 2017, refere que o cenário global emergente caracteriza-se pelo fim do domínio americano pós-Guerra-fria e pelo início de uma nova ordem multipolar, onde figuram um conjunto mais alargado de Estados e outros atores não-estatais. No domínio dos Estados, cabe destacar o papel da Rússia e da China e a sua relação de proximidade na atual ordem multipolar.

Quanto à Rússia, pode afirmar-se que operou uma alteração substancial na OI com a invasão da Crimeia em 2014, refletindo uma postura de maior assertividade e vontade de alterar a OI a seu favor, claramente percebida pelos restantes atores, nomeadamente, pela NATO. Horrell, Nordenman e Slocombe (2016, p. 1) consideram que o atual posicionamento da Rússia, a par da instabilidade no Norte de África e Médio Oriente (MO), configura um novo ambiente securitário para a NATO, levando à necessidade de atualizar a estratégia marítima da Aliança (revista em 2011).

Desde a anexação da Crimeia, Moscovo tem tomado iniciativas que ameaçam a estabilidade da área Euro-atlântica, mantendo forças significativas em alta prontidão nos territórios de fronteira com os países do Leste da Europa, demonstrando uma presença mais assertiva, capaz e desafiadora no domínio marítimo e desenvolvendo a capacidade *Anti-Access and Area-Denial (A2/AD)* nos espaços marítimos de influência e operação da Aliança, conforme apresentado na Figura 2.

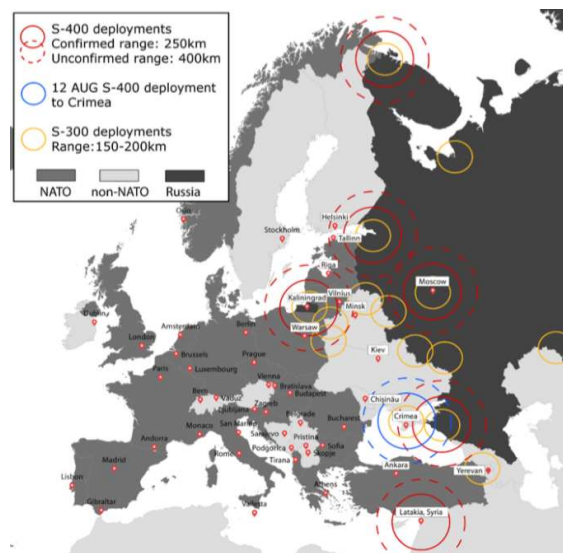


Figura 2 – Russian A2/AD Range

Fonte: Weinberger (2016)

Relativamente à China, é também evidente a ação de influência de Pequim em águas internacionais. No mar do sul da China, a construção de ilhas artificiais para instalar



infraestruturas de apoio aéreo e naval, bem como capacidades A2/AD, revela o empenho chinês na disputa do poder sobre o Pacífico.

A somar a este empenhamento, pela influência que terá na geoestratégia marítima, torna-se incontornável uma referência ao projeto faraónico lançado pelo presidente Xi Jinping em 2013 – a implantação de novos itinerários da Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*). O interesse crescente da China pelo Ártico vem, não só associado aos recursos naturais e fontes de energia, mas também à prossecução deste projeto.

2.2. A Geopolítica na ordem atual

Destacam-se três fatores que caracterizam a geopolítica na ordem atual, todos eles com efeitos percecionados no ambiente geoestratégico marítimo: a questão da demografia, a escassez de recursos e, sobretudo, a nova geopolítica das redes.

O aumento populacional tem consequências evidentes no domínio marítimo, quer pela questão dos fluxos migratórios, quer pela corrida aos recursos do mar para satisfazer uma população cada vez maior (National Intelligence Council, 2017).

Quanto à geopolítica das redes, conforme apontado pelo General Cabral Couto (2009, p. 25), no passado dominou a geopolítica dos lugares (localização dos grandes recursos naturais, das populações, etc.). No presente esta tem de ser completada com a geopolítica dos fluxos ou redes. No plano da geoestratégia marítima perspetiva-se uma importância redobrada da lógica dos fluxos, do tráfego e transporte marítimo.

2.3. O contexto marítimo global

Passando agora a uma breve caracterização do contexto marítimo global, pode afirmar-se que este se encontra num processo de transformação impulsionado pela intensificação generalizada dos fluxos marítimos globais, pela crescente interconexão das regiões marítimas, pela difusão do poder marítimo e pela diversificação de atores não-estatais (European Parliament, 2013).

O aumento exponencial da importância do tráfego marítimo, resultado do processo de globalização e crescente interdependência global, resultou no crescimento da atividade marítima ilegal, que procura explorar as vulnerabilidades de um sistema cada vez mais complexo.

Com a crescente interconexão das regiões marítimas, associada à abertura de novas rotas, a degradação ambiental e a sobrepesca em determinada área, produzem efeitos a nível global. Atribui-se particular importância à abertura destas novas rotas pelo impacto ao nível



geoestratégico. Destacam-se as novas rotas marítimas do Ártico¹ e os canais artificiais (como o Canal de Kra na Tailândia).

Finalmente, interessa referir que, no presente contexto marítimo global, o poder marítimo irá focar-se mais do que nunca no controlo e segurança das *Sea Lines of Communication* (SLOC), nomeadamente, dos seus pontos críticos e das infraestruturas que os mantêm.

2.4. Um mar de oportunidades

2.4.1. A valorização do mar no contexto internacional

Atualmente percebe-se uma crescente relevância e ampliação dos interesses do mar, que ditam uma espécie de “corrida ao mar”, a nível internacional. De acordo com Cajarabille (2014), as razões para esta tendência podem resumir-se ao seguinte:

- Crescimento das trocas comerciais por via marítima. Apesar de 90% do comércio mundial se realizar por via marítima, o volume de bens transportados por esta via continua a crescer, face ao baixo custo do transporte marítimo²;
- Escassez de determinados produtos em terra. Tudo indica que grande parte dos recursos futuros está no mar e que a mineração submersa será essencial à espécie humana;
- Progresso da biotecnologia marinha, com várias aplicações, em que se destaca o desenvolvimento de novos fármacos, em particular os destinados a combater o cancro (Monteiro, 2017b);
- Pesquisa e exploração do mar, do solo e subsolo marinhos. A evolução da tecnologia de pesquisa e exploração permitirá explorar recursos já conhecidos, mas ainda inacessíveis, e conduzirá à descoberta de outros. Destacam-se como recursos energéticos os Hidratos de Metano e, como recursos minerais, os nódulos polimetálicos (autênticos tesouros de metais raros no fundo do mar, como o manganês, o cobalto e o níquel), os sulfuretos polimetálicos e as crostas de ferro-manganês (que resultam da precipitação de minerais sobre o leito marinho) (Monteiro, 2017b);
- Extensão das Plataformas Continentais. As suas riquezas vão constituir um fator de enorme valorização do mar no século XXI e seguintes.

¹ A *Northern Sea Route* (NSR), entre o mar de Kara e o estreito de Bering, poderá poupar distâncias na ordem dos 40% quando comparado com a passagem pelo estreito de Malaca e Canal do Suez.

² De acordo com Monteiro (2017a), prevê-se um crescimento do transporte marítimo de 4% ao ano de 2020 a 2029.



2.4.2. Oportunidades no plano da Defesa Coletiva – Perspetiva NATO/UE

A multiplicidade de ameaças no mar é também uma oportunidade para fortalecer as capacidades de defesa coletiva, única forma de promover e assegurar cabalmente a segurança nos espaços marítimos.

No âmbito da NATO destaca-se a tendência para robustecer capacidades, aumentando a prontidão dos meios (aprovação do *Readiness Action Plan*) e o nível de investimento (aprovação do *Defense Investment Pledge*³).

No âmbito da UE destaca-se a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) que, apesar do período de estagnação, após a sua criação em 2009, resultado da crise económico-financeira, voltou a entrar na agenda política da UE, em 2016, com a adoção da Estratégia Global da UE para a Política Externa e de Segurança.

2.5. Paradigma polemológico atual – perspetiva NATO/UE

A caracterização do atual ambiente geoestratégico marítimo a nível global não fica completa sem uma breve reflexão sobre o paradigma polemológico atual. Esta reflexão será realizada sob a perspetiva da UE e da NATO, principais organizações de defesa coletiva e segurança que Portugal integra.

No âmbito da UE, a *European Union Maritime Security Strategy* (EUMSS), de 2014, identifica os seguintes riscos e ameaças à segurança marítima:

- Ameaça de uso da força contra os direitos e jurisdição dos Estados-membros sobre as suas zonas marítimas;
- Ameaça dos interesses económicos da UE no mar, decorrente de atos de agressão externa relacionados com disputas sobre os espaços marítimos;
- Criminalidade transnacional organizada, incluindo atos de pirataria, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, redes de crime organizado relacionadas com migração ilegal, tráfico de armas e estupefacientes;
- Terrorismo e outras formas de extremismo violento no mar, nos portos e em instalações portuárias e infraestruturas críticas, incluindo ciberterrorismo;
- Proliferação de armas de destruição massiva;
- Ameaças à liberdade de navegação, como a negação de acesso ao mar e aos estreitos e a obstrução de vias de comunicação marítimas;

³ Aumento do investimento e despesa na Defesa, de forma a atingir os 2% do PIB em 2024.



- Riscos ambientais, incluindo a exploração não autorizada de recursos marítimos e a poluição do mar;
- Efeito de desastres naturais e alterações climáticas no sistema de transporte marítimo;
- Pesquisa ilegal e pilhagem de tesouros arqueológicos.

No âmbito da NATO, o documento de estratégia marítima, *Alliance Maritime Strategy*, de 2011, revela-se menos exaustivo na identificação das ameaças. No entanto, as declarações resultantes das cimeiras realizadas contemplam, desde 2014, os efeitos no plano polemológico das alterações ao contexto de segurança Euro-atlântica. Assim, a NATO identifica, na atualidade, três ameaças principais em sentido global, não exclusivamente marítimas:

- A Rússia, que é colocada como a mais séria ameaça militar e geopolítica da Aliança;
- O terrorismo, que se mantém como a mais imediata e assimétrica ameaça à NATO;
- Os cyber ataques e as ações cyber terroristas, que têm sido cada vez mais frequentes e destrutivos, constituindo o grande desafio na proteção de infraestruturas críticas dos Aliados.

A tónica é ainda colocada na ameaça crescente da proliferação de mísseis balísticos fora da área Euro-atlântica e nas ameaças híbridas, provenientes de atores estatais e não-estatais. Estas ameaças geram um estado de conflito permanente e atenuam as diferenças entre os estados de paz e conflito, podendo levar à invocação do artigo 5º do Tratado de Washington, à imagem do que também poderá acontecer no caso dos cyber ataques.



3. Mar português – potencialidades e vulnerabilidades

3.1. A maritimidade nacional e o regresso ao mar

Na abordagem às constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional, revela-se incontornável refletir sobre a importância da maritimidade nacional e sobre a relação de maior ou menor proximidade que Portugal mantém com o mar. Apesar da grandeza e profundidade estratégica que o mar representa para Portugal permanecer imutável, o mesmo não pode afirmar-se sobre a preponderância que, em diferentes momentos, é atribuída aquele elemento geográfico.

Fazendo uma breve retrospectiva da relevância do mar no percurso de Portugal, conforme apresentado por Cunha (2011, p. 15), com o início do império ultramarino, Portugal passou a depender fortemente do mar, elemento central para a geopolítica nacional e pilar da sua sustentação económica até à década de 1970. Durante o Estado Novo, a maritimidade nacional de Portugal torna-se um instrumento central do regime, potenciando-se a pesca longínqua, a construção naval e os transportes marítimos (Cunha, 2011, p. 17). Com a sua queda, em 1974, iniciou-se um período de afastamento do mar e de queda da exploração marítima nacional, que virá a reforçar-se com o novo desígnio político nacional de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE).

A CEE provoca um momentâneo esquecimento das condicionantes geográficas do país, levando a um certo “virar costas ao mar”. No entanto, as razões da geografia acabam por se impor, pesando a distância de Bruxelas e a posição periférica, que reforça a necessidade de usar a geografia como um trunfo em vez de lutar contra ela.

Atualmente, Portugal encontra-se num movimento de reorientação estratégica para o mar, no sentido da exploração económica dos seus recursos. Pedro Borges Graça (Silva, 2014) considera este “regresso ao mar” marcado por três factos: a Expo 98, que gerou um amplo consenso sobre o tema dos Oceanos na sociedade portuguesa; a Comissão Estratégica dos Oceanos com a produção, em 2004, do documento “O Oceano: Um desígnio Nacional para o Século XXI”; e a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), que tem vindo a executar um trabalho de mapeamento e conhecimento do mar português.

Conforme apresentado por Matias (2018), os portugueses foram os heroicos obreiros da grande descoberta do mar, mas hoje coloca-se a Portugal outro repto: o de participar na nova descoberta do mar, que será a descoberta do seu fundo. Evitando ideologias utópicas, esta descoberta requer objetividade, aposta nos meios científicos e técnicos, bem como nos



instrumentos de soberania, permitindo tirar partido dos recursos do solo e subsolo deste novo espaço, conferindo a Portugal uma profundidade estratégica muito para além do seu território emerso.

3.2. Fonte de recursos e potencial estratégico

Falar de mar português na atualidade significa invariavelmente falar na Plataforma Continental, cuja possibilidade de ampliação⁴ confere a Portugal uma área oceânica cerca de 40 vezes superior à sua área terrestre (correspondente a 97% do território), na qual exercerá direitos exclusivos de exploração dos recursos do solo e subsolo marinhos. Pode antecipar-se um vasto potencial de recursos naturais vivos e não-vivos nesta área, apesar da prospeção do fundo do mar ainda se encontrar numa fase embrionária.

Quanto aos recursos minerais metálicos, no que diz respeito à existência de nódulos polimetálicos na PC portuguesa, estão documentadas pela EMEPC ocorrências nas Planícies Abissais. Segundo os dados desta entidade, foram identificadas crostas de Fe-Mn na Crista Madeira-Tore, a norte do Arquipélago da Madeira, e junto à Crista Média-Atlântica, no limite norte da ZEE dos Açores. No decurso do projeto de extensão da PC, foram igualmente identificadas ocorrências nos montes submarinos a Sul dos Açores (EMPC, 2014, p.74).

Referente aos sulfuretos polimetálicos, como pode verificar-se na Figura 3, encontram-se associados às fontes hidrotermais localizadas na Crista Média-Atlântica. Na PC portuguesa encontram-se cinco campos hidrotermais ativos, fontes de sulfuretos polimetálicos (EMEPC, 2014, p. 74).

Relativamente aos recursos energéticos, os estudos e prospeções efetuados indicam que existem em Portugal condições favoráveis à formação de hidrocarbonetos. Na Figura 3, estão assinalados os vulcões de lama localizados a sul do Algarve, tendo sido em dois deles, Bonjardim e Porto, recuperados Hidratos de Metano, que indiciam a existência de hidrocarbonetos em profundidade (Silva, 2014, p. 73).

⁴ Portugal apresentou na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU a sua proposta para extensão dos limites exteriores da PC, para além das 200 milhas marítimas, em 11 de maio de 2009.

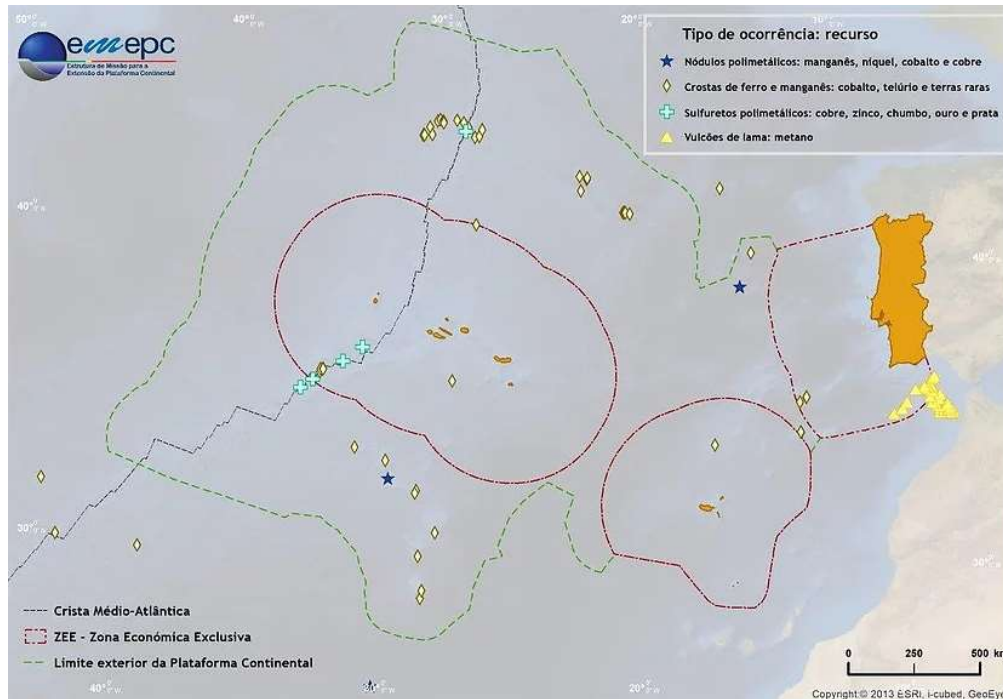


Figura 3 – Recursos minerais da Plataforma Continental portuguesa

Fonte: EMEPC (2014)

Numa perspetiva mais ampla das potencialidades do mar português, também no plano da circulação marítima e do comércio internacional surge um panorama otimista. Neste contexto, Rodrigues (2012, p. 11) identifica o porto de Sines como fundamental, ao permitir a Portugal aproveitar a sua posição central, junto à entrada do Mediterrâneo e no acesso ao Norte da Europa. As novas rotas do Ártico e o alargamento do Canal do Panamá, reforçam a importância dos fluxos marítimos no Atlântico Norte, destacando-se a posição geoestratégica de Portugal.

3.3. Vulnerabilidades

Apresentadas as principais potencialidades do mar português, resumem-se seguidamente as vulnerabilidades consideradas de maior relevo no plano da geoestratégia marítima nacional.

3.3.1. Capacidade científica e tecnológica

A excelência de alguns equipamentos utilizados para investigar o fundo do mar, como o *Remotely Operated Vehicle* (ROV) “Luso”, adquirido em 2008, é notória. Contudo, no que respeita à capacidade para extrair riqueza do fundo oceânico, a tecnologia existente ainda não permite a Portugal um aproveitamento das potencialidades da PC.

3.3.2. Interesses de outros atores

Perante a possibilidade de ver aprovada uma das maiores PC a nível mundial, Portugal poderá confrontar-se com interesses divergentes de outros atores. Quanto aos vizinhos



Espanha e Marrocos, as suas posições não contrariam a posição portuguesa, podendo, com maior ou menor dificuldade, encontrar-se uma posição tripartida que satisfaça as posições nacionais (Silva, 2014, p. 116).

Por outro lado, a visão integrada para a criação de um “mar Europeu” implica a partilha de recursos e de espaço marítimo e pode vir a colidir com os interesses nacionais. Neste âmbito, mais do que proteger, do ponto de vista legal, o mar português, importa assumir uma estratégia de defesa dos interesses nacionais através da liderança dos assuntos marítimos europeus e revelando aptidão para monitorizar e explorar os espaços marítimos (Cierco & Silva, 2015, p. 152).

Também Adriano Moreira (2016) adverte para a “impossível coexistência de um mar Europeu, com a inevitável Plataforma Continental de um Portugal que salgou com lágrimas o mar salgado”.

3.3.3. Atividade científica de outros Estados em águas nacionais

Nos últimos anos tem-se assistido ao aumento dos cruzeiros científicos estrangeiros, sobretudo na ZEE do continente, verificando-se que os países que mais investigam nas águas portuguesas são também os que têm maior número de registos de patentes biogenéticas marinhas. O conhecimento desta atividade é fundamental, por se saber que, presentemente, um grande número de patentes relacionadas com os recursos biogenéticos marinhos são registadas em locais distintos da ZEE em que foram descobertos. Situação que pode levantar questões de “biopirataria” e de eventual apropriação ilegal de recursos (Silva, 2014, p. 129).

Desta forma, importa conhecer e monitorizar esta atividade, bem como reforçar as medidas que permitem o seu aproveitamento. Entre outras medidas previstas na lei, temos a participação de cientistas portugueses nos projetos e o acesso aos relatórios e conclusões.

3.3.4. Risco/impacto no ambiente marítimo nacional

Finalmente, considerando-se uma caracterização abrangente dos riscos e vulnerabilidades do ambiente marítimo nacional, apresenta-se um diagrama (Figura 4) que resulta de um questionário elaborado pela PwC junto de personalidades ligadas à economia do mar (PwC Portugal, 2017). Este diagrama de Risco vs. Impacto apresenta os derrames (hidrocarbonetos, produtos químicos, etc.) como o elemento de maior risco e impacto para o ambiente marítimo nacional.



Figura 4 – Diagrama Risco/Impacto no espaço marítimo nacional

Fonte: PwC Portugal (2017)



4. Contributo da Marinha para o desígnio nacional do Mar

Conforme consta na Diretiva Estratégica de Marinha 2018 (DEM 2018), a missão da Marinha, com o enunciado “contribuir para que Portugal use o mar”, traduz-se num conjunto diversificado de tarefas que podem sistematizar-se nas funções de dissuasão, defesa militar e apoio à política externa; segurança e autoridade do Estado no mar; e desenvolvimento económico, científico e cultural.

As referidas tarefas materializam o modelo de organização que o Estado português consagrou na lei para o emprego da Marinha, adotando o conceito de “duplo uso”, também preconizado no CEDN 2013. Com efeito, o uso do mar pela Marinha, no contexto geoestratégico atual, não pode dissociar-se do conceito de “duplo uso”, não apenas por uma questão legal, mas pela necessidade de uma resposta mais abrangente e de uma visão holística que congrege as vertentes militar e não-militar para fazer face a um ambiente caracterizado pela multiplicidade de atores, ameaças, fenómenos e atividades.

A teorização da diversificação de atuação das Marinhas, abrangendo funções militares e não-militares, deve-se aos britânicos Geoffrey Till, Ken Booth e Eric Grove, surgindo como uma consequência natural dos efeitos da globalização⁵ e das novas ameaças no ambiente marítimo, que requerem uma resposta mais abrangente.

A concretização desta teoria tem conhecido diferentes modelos de aplicação e tem estado na base da forma como os Estados concebem a razão de ser e o emprego das suas Marinhas. Paradoxalmente, o Reino Unido resistiu à sua aplicação, face à primazia atribuída pela *Royal Navy* às aplicações militares (Grove, 2007). A *Royal Navy* teve de rever os seus conceitos e adaptar-se. No entanto, o seu argumento inicial permite concluir da necessidade de um equilíbrio entre as vertentes militar e não-militar, garantindo que a diversificação de funções não implica o compromisso da capacidade combatente.

Nos dois capítulos antecedentes foi caracterizada a atual conjuntura da geoestratégia marítima nacional, identificando-se os fatores relevantes, quer no plano externo (ameaças e oportunidades), quer no plano interno (vulnerabilidades e potencialidades). De forma a sistematizar os referidos fatores, opta-se neste ponto por apresentar uma matriz SWOT⁶ que permitirá perceber e desenvolver as ideias estratégicas⁷ que visam aproveitar as

⁵ Till (2009, p.29) apresenta o conceito de Marinha pós-moderna como fruto do processo de globalização, sendo a segurança desta a razão de ser das Marinhas.

⁶ Acrónimo para *Strengths* (potencialidades), *Weaknesses* (vulnerabilidades), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

⁷ Opta-se pela utilização do termo “ideia estratégica” seguindo a terminação empregue por Silva (2014, p. 59), evitando confusão com termos utilizados nos documentos estratégicos estruturantes (i.e. DEM 2018).



oportunidades, reforçar as potencialidades, superar as ameaças e colmatar as vulnerabilidades.

Quadro 1 – Matriz SWOT

		Ambiente Interno	
		Potencialidades	Vulnerabilidades
AMBIENTE GEOESTRATÉGICO MARÍTIMO NACIONAL		<p>P1. Extensão da PC portuguesa.</p> <p>P2. Valor da posição geoestratégica de Portugal e dos seus espaços marítimos.</p> <p>P3. Maritimidade nacional e regresso ao mar.</p> <p>P4. Aumento dos recursos naturais e potencial estratégico do mar português.</p> <p>P5. Descoberta (do fundo) do mar.</p>	<p>V1. Capacidade científico-tecnológica para a pesquisa/exploração do mar.</p> <p>V2. Interesses de outros atores.</p> <p>V3. Atividade científica de outros Estados em águas nacionais.</p> <p>V4. Escassez de recursos financeiros e demográficos.</p> <p>V5. Dependência energética e alimentar.</p> <p>V6. Riscos ambientais (derrames, poluição marítima e sobrepesca).</p>
Ambiente Externo	Oportunidades	<p>Valorizar a posição geoestratégica nacional (periferia europeia e centralidade atlântica)</p> <p>Beneficiar economicamente das novas rotas marítimas e do aumento do tráfego marítimo comercial</p>	<p>Viabilizar a utilização dos recursos do fundo do mar e desenvolver capacidade científica e tecnológica para a pesquisa e exploração do mar</p> <p>Mitigar riscos ambientais</p>
	<p>O1. Crescimento das trocas comerciais por via marítima.</p> <p>O2. Corrida aos recursos do fundo do mar.</p> <p>O3. Progresso na pesquisa/exploração do mar/solo/subsolo marinhos.</p> <p>O4. Renovado interesse pelo mar e seu potencial económico</p> <p>O5. Abertura novas rotas marítimas.</p> <p>O6. Reforço postura marítima NATO e aumento investimento na defesa (meta 2%).</p> <p>O7. Projetos cooperativos (PESCO).</p>		
	Ameaças	<p>Exercer soberania e jurisdição, garantindo a segurança na maior PC da Europa</p>	<p>Consolidar o Atlântico como espaço de estabilidade, segurança e prosperidade.</p>
	<p>A1. Ameaça militar convencional sobre zonas marítimas de Portugal e EM's NATO/UE.</p> <p>A2. Ameaça dos interesses económicos no mar.</p> <p>A3. Terrorismo e extremismo violento no mar.</p> <p>A4. Cyber ataques e ações Cyber terroristas.</p> <p>A5. Criminalidade transnacional organizada.</p> <p>A6. Proliferação de ADM.</p> <p>A7. Ameaças à liberdade de navegação.</p> <p>A8. Conflitos regionais ou catástrofes que afetem a diáspora portuguesa.</p>		

Uma vez inferidas as ideias estratégicas que resultam da análise do contexto geoestratégico marítimo nacional, analisa-se agora o contributo estratégico da Marinha Portuguesa, para potenciar o uso do mar, no quadro das referidas ideias estratégicas.



4.1. Valorizar a posição geoestratégica nacional

Conforme resumido no CEDN 2013, “Portugal, membro da UE, da OTAN e da CPLP, está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral”. É nesta condição de centralidade atlântica que se enquadra o emprego da Marinha.

É também neste espaço Euro-atlântico que se encontra a maioria da diáspora portuguesa. Neste quadro, revela-se fundamental que a Marinha disponha de capacidade de projeção de força e expedicionária para assegurar a proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro, em áreas de crise ou situações de catástrofe. Apresenta-se como primordial para a Marinha a aquisição de um reabastecedor de esquadra moderno e de um navio polivalente logístico, pilares de uma capacidade expedicionária credível.

4.2. Beneficiar economicamente das novas rotas marítimas e do aumento do tráfego marítimo comercial

O papel da Marinha neste quadro passa por assegurar a segurança marítima como garante do pleno desenvolvimento da economia azul nacional. No contexto atual, em que a globalização assenta profundamente no transporte marítimo, promover a segurança marítima significa promover e proteger a economia. A elevada taxa de eficácia do Serviço Nacional de Busca e Salvamento Marítimo, coordenado pela Marinha, é um vetor fundamental da segurança marítima (componente *safety*), que a Marinha deverá procurar manter.

4.3. Exercer soberania e jurisdição na maior PC da Europa

Portugal, com recurso à Marinha, deverá exercer a soberania sobre um vastíssimo espaço marítimo que será a PC, sob pena de ver esse espaço ocupado por outros atores. Para além das 200 milhas vigora o regime de alto-mar previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), sendo reduzida a capacidade de atuação dos Estados. Contudo, estes poderão intervir quando estiver em causa o solo e subsolo marinhos (direitos de soberania).

Exercer soberania nestes espaços requer, em primeiro lugar, novas formas de vigilância dos espaços marítimos, com recurso a veículos não tripulados e a tecnologia satélite, como a já utilizada da *European Maritime Safety Agency* (EMSA), assentes num conhecimento situacional marítimo robusto, baseado na partilha de informação e potenciado pelos “sistemas de sistemas” que permitem transformar a informação em conhecimento e apoiar a decisão⁸. Em segundo lugar, não pode descuidar-se a presença naval efetiva,

⁸ Como o *Oversee* (desenvolvido pela *Critical Software* para a Marinha Portuguesa).



alicerçada numa esquadra credível e equilibrada, onde a dissuasão, assegurada essencialmente pela arma submarina, se revela fundamental face à dimensão da área de responsabilidade.

Exercer soberania nos espaços marítimos nacionais significa ainda conhecer e ter capacidade para atuar no ambiente de subsuperfície. A área *Anti-submarine Warfare* (ASW), atualmente considerada pela NATO uma capacidade prioritária, identificada como a mais complexa competência no domínio marítimo, é uma prioridade do planeamento de defesa NATO (NATO, 2019). Assim, a Marinha deverá manter a capacidade de operação com sonar *Variable Depth Sonar* (VDS) nos helicópteros *Lynx MK95*, após a sua remotorização, e, desenvolver a capacidade ASW na última série de Navios Patrulha Oceânicos (NPO) da classe “Viana do Castelo”, investindo numa solução modular.

Finalmente, revela-se necessário um controlo e conhecimento rigoroso da atividade científica de outros Estados autorizada em águas nacionais, tarefa que recairá no Centro de Operações Marítimas (COMAR) e que assentará na capacidade de vigilância e conhecimento situacional marítimo.

4.4. Viabilizar a utilização dos recursos do fundo do mar e desenvolver capacidade científica e tecnológica para a pesquisa e exploração do mar

De nada servirá possuir um vastíssimo espaço estratégico, se Portugal não o conseguir explorar e dele obter “dividendos”. Assim, torna-se absolutamente central assegurar uma efetiva capacidade de investigação científica do mar, janela de oportunidade para a Marinha se manter na vanguarda dessa capacidade, através dos seus navios hidrográficos e oceanográficos.

4.5. Mitigar riscos ambientais

Nesta matéria, a Marinha continuará a desempenhar o importante papel de mitigar os efeitos da sobrepesca através da sua atividade de fiscalização. No plano do combate à poluição, deverá manter elevada capacidade de resposta e prontidão de meios para fazer face àquele que se apresenta como o elemento de maior risco e impacto para o ambiente marítimo nacional. Importa também continuar a apostar na utilização das capacidades de vigilância satélite para combate à poluição da EMSA (*Cleanseanet*), bem como nos mecanismos necessários para punir os navios que fazem descargas e lavagem de tanques nas águas nacionais.



4.6. Consolidar o Atlântico como espaço de estabilidade, segurança e prosperidade

Concretizar esta ideia estratégica será o corolário dos contributos da Marinha para potenciar o uso do mar até aqui identificados. Esta ideia sugere que o contributo da Marinha não pode dissociar-se dos objetivos da NATO, organização cuja razão de existência é igualmente a segurança do Atlântico Norte. Revela-se, assim, fundamental que a Marinha mantenha uma participação credível nas *NATO Response Forces* (NRF) e no âmbito das medidas de tranquilização (*Assurance Measures*), quer através de meios navais, quer através do Corpo de Fuzileiros.



Conclusões

Neste trabalho caracteriza-se a atual conjuntura da geoestratégia marítima nacional e analisa-se o papel da Marinha Portuguesa nesse quadro, procurando-se obter uma resposta ao problema e Questão Central.

A metodologia adotada assenta num raciocínio dedutivo, utilizando uma estratégia qualitativa e um desenho de pesquisa de estudo de caso, sendo a investigação baseada na pesquisa documental. Foram elaboradas três QD, que permitem responder à QC, sendo estas abordadas ao longo de três capítulos de desenvolvimento.

No primeiro capítulo define-se o enquadramento conceptual do trabalho e a metodologia adotada.

No segundo capítulo, para responder à QD1 – Quais os fatores que influenciam a atual geoestratégia marítima a nível global e de que forma são perspetivados pela NATO e UE? – faz-se uma caracterização do atual ambiente geoestratégico marítimo no contexto internacional, identificando-se as oportunidades e ameaças que figuram no plano externo, tendo também em conta as perspetivas NATO e UE.

Constata-se que o posicionamento da Rússia, desde a anexação da Crimeia, produziu a principal alteração no ambiente estratégico marítimo no espaço Euro-atlântico, claramente percecionada pela UE e pela NATO, facto que coloca a Rússia como a mais séria ameaça militar e geopolítica da Aliança.

Na perspetiva da UE, partilhada pela NATO, o contexto marítimo global é marcado pelo aumento exponencial do tráfego marítimo e crescente interconexão das regiões marítimas, resultando na proliferação de ameaças e crescimento da atividade ilegal, tornando vital a segurança marítima e proteção das SLOC, que, no contexto atual, significa também promover e proteger a economia. O vastíssimo espaço marítimo nacional e o fluxo marítimo que nele encerra não são alheios a estes factos, sendo a Marinha Portuguesa o principal interveniente.

No plano das oportunidades, destacam-se o crescimento das trocas comerciais por via marítima, os novos usos do mar e a economia azul, bem como a corrida aos recursos do fundo do mar, pela perceção da sua escassez em terra e pela oportunidade colocada pela possibilidade de extensão das Plataformas Continentais prevista na CNUDM. Por outro lado, o combate às ameaças e a promoção da segurança dos espaços marítimos representa uma oportunidade de robustecer as capacidades de defesa coletiva, destacando-se o reforço da postura marítima da Aliança, que requer mais meios e investimento (perspetiva NATO) e os



projetos cooperativos PESCO, que requerem o empenhamento e participação dos Estados-membros (perspetiva UE).

No terceiro capítulo, para responder à QD2 – Quais as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional na atualidade? – reflete-se sobre a maritimidade nacional e o regresso de Portugal ao mar, identificando-se as potencialidades e vulnerabilidades que figuram no plano interno da geoestratégia marítima nacional.

Conforme verificado, a maritimidade nacional e o papel do mar na afirmação estratégica de Portugal considera-se uma das principais linhas de força da geoestratégia marítima nacional. Ultrapassado o afastamento causado pela adesão à UE, que direcionou para a Europa as preocupações geopolíticas nacionais, o “regresso ao mar”, no século XXI, surge como uma consequência natural da geografia nacional, verificando-se que o mar português e a sua profundidade estratégica são também a chave da afirmação de Portugal na Europa.

No plano das potencialidades, é incontornável apontar a extensão da PC portuguesa como o maior ativo geoestratégico nacional, antecipando-se um vasto potencial de recursos nessa área, como demonstrado neste trabalho. Conforme indicado pelo Almirante Vieira Matias (2018), hoje coloca-se a Portugal o repto de participar na nova descoberta do mar, em concreto, na descoberta do seu fundo. No entanto, a concretização deste potencial do mar requer objetividade e o afastamento de ideologias utópicas e da retórica acerca do “potencial do mar”.

No plano das vulnerabilidades, verifica-se que a visão integrada de um “mar europeu” pode vir a colidir com os interesses nacionais, conforme alertado por diversos autores. Por outro lado, emerge a necessidade de desenvolver capacidade científico-tecnológica e de reforçar o controlo e aproveitamento da atividade científica de outros Estados em águas nacionais, apontando-se ainda o risco de derrames de resíduos poluentes como o elemento de maior risco/impacto para o espaço marítimo nacional.

No quarto capítulo, sintetizam-se os fatores identificados no plano externo e no plano interno, optando-se por uma matriz SWOT. Daí foi possível inferir seis ideias estratégicas e desenvolver, em torno destas, os contributos estratégicos que permitem à Marinha potenciar o uso do mar, que constituem a resposta à QD3 – De que forma poderá a Marinha acompanhar as mudanças na conjuntura geoestratégica, potenciando o uso do mar? – Assim:

- Constituindo-se como um elemento de afirmação de Portugal no espaço Euro-atlântico, valorizando a posição geoestratégica nacional. A projeção de Portugal e



das Comunidades Portuguesas nesse espaço requer uma capacidade expedicionária credível, sendo fundamental a posse de um reabastecedor de esquadra moderno e de um Navio Polivalente Logístico;

- Contribuindo para um espaço marítimo seguro (componente safety) através da manutenção de uma taxa de eficácia do serviço de busca e salvamento marítimo, referência a nível mundial;
- Exercendo soberania e jurisdição na maior PC da Europa através de novas formas de vigilância dos espaços marítimos, de um conhecimento situacional marítimo robusto e de uma presença naval efetiva, baseada numa esquadra equilibrada, onde a capacidade ASW deve pontificar em alinhamento com as condicionantes do contexto internacional;
- Mantendo-se na linha da frente da capacidade de investigação científica do mar;
- Colaborando na mitigação de riscos ambientais;
- Cooperando para a consolidação do Atlântico como espaço de estabilidade, segurança e prosperidade, mantendo uma participação credível nas forças e missões da NATO.

Face à análise apresentada, torna-se possível responder à QC – Qual o papel da Marinha face aos atuais desafios da geoestratégia marítima nacional? – sublinhando o papel central que a Marinha assume, perante os atuais desafios da geoestratégia marítima nacional, na afirmação de Portugal no seu espaço de atuação estratégica – o espaço Euro-atlântico. Por um lado, promovendo a segurança e defesa dos espaços marítimos, perante novas ameaças no contexto internacional, onde a defesa coletiva e segurança cooperativa, no quadro da NATO e UE, se revelam fundamentais. Por outro, garantindo a segurança destes espaços num contexto global, onde a proteção das linhas de comunicação e do tráfego marítimo são essenciais ao pleno desenvolvimento económico.

Conclui-se ainda que é um papel central, face à enorme responsabilidade que representará a maior PC da Europa, sendo a Marinha o principal garante da soberania e jurisdição nacionais, num espaço marítimo que corresponde a mais de 82% da área terrestre do conjunto dos 27 Estados-membros da UE. No passado, a Marinha foi o principal interveniente no processo que poderá conduzir ao último alargamento do território nacional. No presente e no futuro caberá à Marinha manter-se na linha da frente daquela que será a nova descoberta do mar.



Finalmente, referir que o uso do mar pela Marinha não pode dissociar-se do conceito de duplo uso, conforme abordado neste trabalho. No entanto, a aplicação militar e a capacidade combatente, aspeto mais exigente do poder marítimo, deve continuar a nortear o destino da Marinha.

Considera-se que o principal contributo para o conhecimento obtido com este trabalho assenta nos contributos estratégicos desenvolvidos, através dos quais a Marinha pode potenciar o uso do mar no contexto geoestratégico marítimo atual.

Identifica-se como limitação desta investigação o facto de não poder abranger, simultaneamente, a atualidade e uma prospetiva futura, optando-se por focar a atualidade. Sugere-se, para investigações futuras, uma análise prospetiva da geoestratégia marítima nacional e do papel da Marinha nesse contexto.



Bibliografia

- Booth, K. (1976). *Navies and Foreign Policy*. Londres: Croom Helm.
- Cajarabille, V. (2007). A Marinha de duplo uso: o caso português. *Cadernos Navais*, (22), pp. 29-34. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais>
- Cajarabille, V. (2014, abril). A segurança marítima e o Mar Português. Em: Academia de Marinha, *Ciclo de Conferências “A Europa, a Segurança e Defesa, e o Mar”*. Organizado pela Academia de Marinha, Lisboa.
- Carvalho, J. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, V. (1995). *A importância do mar para Portugal*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- CEMA. (2018). *Diretiva Estratégica da Marinha 2018* [versão PDF]. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Diretiva_Estrategica_da_Marinha/PDF/DEM_2018.pdf
- Chilão, J. G. (s.d.). Mar Português – A última fronteira a expandir. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*.
- Cierco, T., & Silva, J. (2015). Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu». *Relações Internacionais*, (46), pp. 143-156. Retirado de http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri46/n46a09.pdf
- Correia, A. J. (2010). *O mar no século XXI*. Aveiro: FEDRAVE.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- Couto, A. C. (2009). Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO. *Nação e Defesa*, (124), pp. 19-86.
- Cunha, T. P. (2011). *Portugal e o Mar*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- D'Oliveira, T. (2007). *Teses e Dissertações*. Lisboa: Editora RH.
- DGPM. (2014). *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. Lisboa: Uzina Books.
- Dias, C. M. (2010). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio.
- EMEPC. (2014). *Atlas do Projeto de Extensão da Plataforma Continental* [versão PDF]. Retirado de <https://www.emepc.pt/publicacoes>
- EMSA. (s.d.). Operational Tasks [Página online]. Retirado de <http://www.emsa.europa.eu>
- European Commission. (2014). *European Union Maritime Security Strategy* [versão PDF]. Retirado de https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/maritime-security_en
- European Parliament. (2013). *The maritime dimension of CSDP: geostrategic maritime challenges and their implications for the European Union* [versão PDF]. Retirado de



[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2013/433839/EXPOSEDE_ET\(2013\)433839_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2013/433839/EXPOSEDE_ET(2013)433839_EN.pdf)

- Grove, E. (2007). O vasto papel das Marinhas - uma perspetiva doutrinária. *Cadernos Navais*, (22), pp. 11-19. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais>
- Hérbert, M. G. (1994). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Horrell, S., Nordenman, M., & Slocombe, W. (2016). *Updating NATO's maritime strategy* [versão PDF]. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/updating-nato-s-maritime-strategy>
- IESM. (2000). *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)* (NC 71-00-15). Lisboa: Autor.
- International Seabed Authority. (s.d.). Minerals [Página online]. Retirado de <https://www.isa.org.jm>
- Labaree, R. V. (1999). Organizing Your Social Sciences Research Paper: Types of Research Designs [Página online]. Retirado de <http://libguides.usc.edu/writingguide/researchdesigns>
- Lima, B. P. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Marinha Portuguesa. (2015). *Conceito Estratégico Naval* [versão PDF]. Retirado de https://www.marinha.pt/Conteudos_externos/ordensBD/OA1/ficheiros/Conceito_Estrategico_Naval_2015.pdf
- Marinha Portuguesa. (s.d.). Cadernos Navais [Página online]. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais>
- Matias, V. (2018, 14 de março). Portugal na nova descoberta do mar. Lisboa.
- Melo, G. (2019). Uma Marinha útil e minimamente significativa. *Cadernos Navais*, (53), pp. 1-76. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais>
- Monteiro, S. (2017a). O valor económico do mar. *Revista da Armada*, (518), pp. 4-5. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/servicos/Paginas/revista-armada.aspx>
- Monteiro, S. (2017b). Novos usos do mar. *Revista da Armada*, (520), pp. 4-5. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/servicos/Paginas/revista-armada.aspx>
- Monteiro, S. (2019). Oceano: Uma Ponte Para Muitas Margens. *Revista da Armada*, (537), pp. 4-5. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/servicos/Paginas/revista-armada.aspx>



- Moreira, A. (2009). *A Circunstância do Estado Exíguo*. Loures: Diário de Bordo.
- Moreira, A. (2016, novembro). Geopolítica do Mar. Em: Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa.
- National Intelligence Council. (2012, dezembro). *Global Trends 2030: Alternative World* [versão PDF]. Retirado de https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf
- National Intelligence Council. (2017, janeiro). *Global Trends: Paradox of Progress* [versão PDF]. Retirado de <https://www.dni.gov/files/documents/nic/GT-Full-Report.pdf>
- NATO. (2019). *Political Guidance for Defence Planning 2019 (PG19)*.
- North Atlantic Council. (2014, 5 de setembro). Wales Summit Declaration [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm
- North Atlantic Council. (2016, 9 de julho). Warsaw Summit Declaration [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm
- North Atlantic Council. (2018, 11 de julho). Brussels Summit Declaration [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156624.htm
- North Atlantic Council. (2019, 4 de dezembro). London Declaration [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_171584.htm
- North Atlantic Treaty Organization. (2010, 19 de novembro). Strategic Concept 2010 [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_82705.htm
- North Atlantic Treaty Organization. (2011, 18 de março). Alliance Maritime Strategy [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/ua/natohq/official_texts_75615.htm
- Observatório da Emigração. (2019). *Portuguese Emigration Factbook 2018* [versão PDF]. doi: 10.15847/CIEMFB2018
- PwC Portugal. (2017). *LEME – Barómetro PwC da Economia do Mar, Edição nº 8*. PwC Portugal.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª série, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, A. S., Silva, F., Palma, J. N., & Monteiro, N. S. (2010). Estratégia Naval Portuguesa - O processo, o contexto e o conteúdo. *Cadernos Navais*, (34). Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais>



- Rodrigues, A. R. (2012, 22 de novembro). Portugal e o espaço estratégico de interesse. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2ª ed., revista e atualizada). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Silva, J. F. (2014). *O potencial do mar português: uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Sousa, T. d. (2019, 30 de maio). Entrevista a Fareed Zakaria: “Trump é o ponto de viragem para um novo mundo pós-americano”. *Público*.
- Till, G. (2009). *Seapower: a guide for the twenty-first century* (2nd ed.). Oxon: Routledge.
- Weinberger, K. (2016, 29 de agosto). Russian Anti-Access and Area Denial (A2AD) Range [Página online]. Retirado de <http://www.understandingwar.org/backgrounder/russian-anti-access-and-area-denial-a2ad-range>
- Yarger, H. R. (2006). *The little book on big strategy* [versão PDF]. Retirado de <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/1744.pdf>



Apêndice A — Modelo de análise

Tema: Contributos para uma análise da geoestratégia marítima de Portugal. Que papel para a marinha?							
Objetivo Geral (OG): Analisar o papel da Marinha e o seu contributo estratégico face à atual conjuntura da geoestratégia marítima nacional.							
Objetivos Específicos		Questão Central (QC): Qual o papel da Marinha face aos atuais desafios da geoestratégia marítima nacional?		Conceito	Dimensão	Indicadores	Técnicas de recolha
OE1	Caracterizar o atual ambiente (geo)estratégico marítimo no contexto internacional.	QD1	Quais os fatores que influenciam a atual geoestratégia marítima a nível global e de que forma são perspetivados pela NATO e UE?	Geoestratégia Marítima Uso do Mar	- Geografia - Geopolítica - Ordem Internacional - Defesa Coletiva	- Oportunidades - Ameaças - Segurança Marítima - Perspetiva NATO - Perspetiva EU	- Pesquisa documental
OE2	Identificar as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional.	QD2	Quais as constantes e linhas de força da geoestratégia marítima nacional na atualidade?		- Geografia - Geopolítica - Recursos marítimos - Potencial	- Potencialidades - Vulnerabilidades - Maritimidade Nacional - Regresso ao mar - Plataforma Continental - Economia azul	- Pesquisa documental
OE3	Analisar o contributo estratégico da Marinha para potenciar o uso do mar no contexto geoestratégico atual.	QD3	De que forma poderá a Marinha acompanhar as mudanças na conjuntura geoestratégica, potenciando o uso do mar?		- Marinha - Funções das Marinhas - Duplo uso - Soberania - Jurisdição	- Função Miliar - Função Diplomática - Imposição da Lei - Vigilância - Conhecimento Situacional Marítimo - Presença Naval - Investigação científica - Capacidade ASW	- Pesquisa documental